



Confederação Cooperativa Portuguesa CCRL

**2 de Julho de 2011**

**89º DIA INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS DA ACI**

**17º Dia Internacional das Cooperativas das Nações Unidas**

Exmo Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social

Exmo Senhor Presidente da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES),

Exmo Senhor Secretário Geral da Confagri,

Caros convidados,

Caros dirigentes das organizações de outros ramos da Economia Social

Companheiras e companheiros cooperativistas,

Em nome da CONFECOOP quero agradecer à CONFAGRI a organização desta celebração e à CASES pelo apoio dado.

Quero ainda apresentar os nossos parabéns à FENACAM pela comemoração dos cem anos do Crédito Agrícola, e sobretudo pelo trabalho realizado por muitas gerações de cooperativistas em primeiro lugar em prol da agricultura e dos lavradores portugueses, mas também de muitas outras entidades em especial nas comunidades rurais.

### **1. A juventude, tema da mensagem da ACI**

As Nações Unidas escolheram 2011 para Ano Internacional da Juventude e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) fez da Juventude o tema da sua mensagem para o Dia Internacional das Cooperativas, o que demonstra que nos momentos mais difíceis há que sobretudo olhar para o futuro e manter viva a esperança.

A juventude pode estar, como foi sintetizado, “à rasca”, mas tem certamente a capacidade de lutar pelo futuro a que tem direito, de aprender mais depressa, de trabalhar mais e melhor, de saber que a uma derrota pode seguir-se uma vitória, se não desistir, e que, como dizem os homens do mar, “há mais marés que marinheiros”.

A juventude tem um sentido mais forte de grupo, de equipa, de cooperação. Precisa contudo de conhecer melhor a história e as possibilidades que a organização cooperativa pode proporcionar, para que a sua adesão ao movimento cooperativo seja mais efectiva e que a sua actuação dentro das cooperativas tenha o papel que lhe compete.

As estruturas cooperativas, os dirigentes e outros quadros do movimento cooperativo têm uma grande responsabilidade na criação de oportunidades e na formação das novas gerações de cooperativistas, mas o Estado não pode alhear-se do contributo que deve dar em matéria de informação, formação, apoio e estímulo para que a juventude aproveite as vantagens da cooperação e se organize produzindo bens e serviços ou como consumidores adquirindo o que necessita, mas sempre de uma forma socialmente mais responsável, justa e autónoma.

Internacionalmente as cooperativas já deram provas de que são motores de empreendedorismo jovem e na actual crise mundial alguns Governos a elas têm recorrido na busca de soluções. O Programa de Governo defende o empreendedorismo pelo que se espera que o programa de micro crédito coordenado pela CASES tenha continuidade e venha a dar frutos e que nas linhas de crédito a lançar, se tenha em conta as especificidades da organização cooperativa.

As estruturas, os movimentos, mas também as comunidades e os países, são em grande medida, em cada momento os frutos daquilo que se investiu na formação das gerações anteriores e por isso a importância da escolha deste tema à escala mundial.

## **2. A situação das cooperativas em Portugal**

As cooperativas em Portugal como no resto do Mundo, não fazem parte da economia de casino que caracteriza duma forma absolutamente avassaladora as relações ao nível financeiro e económico do fim do século XX e neste novel século XXI, que conduziu ao descalabro e à crise em que ainda estamos mergulhados à escala planetária.

Porém, não vivem isoladas e acabam por sofrer impactos directos e indirectos derivados de toda esta situação.

As cooperativas em Portugal, sendo na sua grande maioria pequenas e médias empresas, estão a sofrer os efeitos dum mercado financeiro que reduziu

substancialmente a sua liquidez e capacidade de financiamento, numa economia que está em recessão e com visíveis efeitos ao nível social quer pelo brutal número de desempregados, quer pela acentuada perda de poder de compra.

Actuando na economia real, as cooperativas têm travado uma luta difícil num mercado muitas vezes desregulado, que beneficia, como não podia deixar de ser, as entidades de maior peso, que o controlam verdadeiramente a seu favor,.

Em muitos casos modernizaram os seus processos de gestão, investiram em equipamentos e instalações, mostraram ser capazes de resistir a ofensivas oligopolistas, apesar de não terem beneficiado de apoios do Estado, tendo mesmo no acesso aos fundos comunitários sido discriminadas negativamente.

No caso das Cooperativas de Consumo, pode afirmar-se com rigor que só em casos pontuais e marginais em valor puderam candidatar-se com êxito a programas de apoio público.

Mas investiram milhões de euros, empregaram com estabilidade mais de um milhar de trabalhadores a quem reconheceram direitos e trataram de forma humanista e socialmente responsável, fomentaram uma rede de escoamento a produtos nacionais não tendo uma relação leonina com os produtores tendo garantido um abastecimento de bens alimentares a muitos consumidores em condições de preço e qualidade adequadas, seu fundamental objectivo.

Porém, a quebra de crédito a que foram sujeitas a partir de 2009, transformou a sua vida num inferno estando hoje em marcha 3 processos de insolvência que atingiram a sua União e duas grandes cooperativas de 1º grau, com mais de 40 lojas e à volta de 500 postos de trabalho, o que já implicou a suspensão da actividade económica com efeitos sociais nefastos.

Os cooperativistas não cruzaram os braços e estão a procurar soluções que viabilizem estas organizações, recuperando a actividade, mas com perdas sociais já irreparáveis. Os associados aguardam a reabertura das lojas, as comunidades locais e autarquias apoiam tal objectivo, os fornecedores sabem que este é um canal alternativo de escoamento dos seus produtos, quando endurecem as condições de negociação com as grandes cadeias de distribuição que têm dado provas de preferirem a importação de produtos, quando podem tirar vantagens. Espera-se que a Banca e o Estado garantam o crédito necessário à retoma da operação comercial, já que os planos de viabilização estão a ser preparados para a sua discussão e aprovação nas assembleias de credores.

As Cooperativas de Habitação foram um importante actor de políticas públicas e sociais para um elevado número de Portugueses. Hoje o País tem novos e importantes problemas a resolver na habitação, manutenção e reabilitação urbana, em que o papel

das Cooperativas de Habitação dificilmente poderá ser ignorado se se pretender atingir preços controlados, proximidade nas soluções e maior equidade nestas políticas.

As Cooperativas de Solidariedade Social, vulgarmente designadas por Cercis, prestam apoio a pessoas com deficiência, em múltiplos programas e dão respostas que vão desde a intervenção precoce na infância ao apoio residencial, passando pela Educação, Formação, Apoio ao Emprego, Apoio Domiciliário e Emprego Protegido, entre muitas outras e hoje os principais problemas que se colocam têm sobretudo a ver com as profundas alterações nos mecanismos de financiamento que têm vindo a ser introduzidos nos sistemas que são a referência de intervenção destas estruturas, particularmente os domínios da Educação e da Formação.

Sendo a autonomia e a independência um dos princípios basilares das cooperativas, todos sabemos que é sobretudo do trabalho colectivo que depende o futuro.

### **3. As responsabilidades do Estado**

Contudo vivemos numa sociedade organizada, em que o Estado assume um papel cimeiro e insubstituível na função legislativa, educação, formação, disponibilização de meios financeiros, infraestruturas, regulação e tantos outros. E como tal, do Estado e dos seus Órgãos, esperam as cooperativas em primeiro lugar o cumprimento da Constituição da República Portuguesa, que reconhece e atribui às cooperativas o papel adequado, à semelhança do que acontece com as entidades públicas e com as empresas privadas. E esta é uma questão decisiva, porque não aceitaremos qualquer revisão da Constituição que aponte para a retirada deste reconhecimento e dos princípios que estão consagrados e que alinham o tratamento dado às cooperativas em Portugal com o que internacionalmente é comum. Esperamos nesta matéria um grande consenso na Assembleia da República e que a responsabilidade de cada Partido e de cada Deputado seja totalmente assumida.

O Governo saído das últimas eleições está naturalmente ainda a avaliar os muitos dossiers e as suas prioridades. Compete-nos contudo apresentar as nossas preocupações e propostas, o que faremos oportunamente.

Mas desde já podemos adiantar que as medidas de organização da economia social efectuadas nos últimos anos devem prosseguir e que o importante é que os instrumentos para a qualificação, valorização e visibilidade das entidades e estruturas do sector sejam disponibilizados. Sempre dissemos que não bastava que a CASES tivesse um orçamento de funcionamento, mas que era indispensável que dispusesse de instrumentos financeiros para atingir aqueles objectivos, agindo em permanente coordenação com as organizações que a integram.

As questões fiscais e do código contributivo continuam a ter relevância para a vida das cooperativas e o ruído que sobre estas matérias tem existido não facilita soluções ponderadas.

Finalmente há que referir que a completa ausência de referência no Programa de Governo ao sector cooperativo, mesmo quando se fala da economia social e se explicitam múltiplas vezes outro tipo de organizações, pode ser revelador de uma visão redutora ou distorcida da realidade, da sua riqueza, diversidade, dimensão económica e social. O tratamento da economia social em sede de “Plano de Emergência Social” ou no capítulo “Combater a Pobreza e Reforçar a Inclusão e a Coesão Sociais” é certamente de grande oportunidade e valia, mas há que reconhecer que não abrange todas as suas valências, capacidades, respostas, formas e projectos. Têm portanto as cooperativas e outras organizações da economia social que procurar obter junto do Governo o esclarecimento desta posição e fundamentalmente conseguir a mudança de visão sobre o universo bem mais lato da economia social.

A preparação da celebração do Ano Internacional das Cooperativas em 2012, de acordo com a decisão das Nações Unidas, é por si uma tarefa exigente, mas que nos pode ajudar neste objectivo junto do Governo.

Temos por tudo isto uma agenda cheia de preocupações, objectivos mas também sonhos, que alimentam o nosso espírito e reconfortam a nossa mente quando o cansaço e as dificuldades parecem querer vencer-nos.

Vamos cooperar!

**Jerónimo Teixeira**

**Presidente da CONFECOOP**

**Centro Cultural de Belém, Lisboa, 2 de Julho de 2011**